

# Dificuldades financeiras são principal motivo para sobreendividamento das famílias

Mais de metade das famílias portuguesas com problemas de sobreendividamento apontou as dificuldades financeiras como a principal razão para o recurso ao crédito, segundo um estudo do Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC) divulgado na passada semana. Baseada na análise de 2120 pedidos de apoio chegados à Associação para a Defesa dos Consumidores - DECO - entre Janeiro de 2005 e Outubro de 2008, a investigação feita pelo OEC do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra revela que mais de metade (57,2 por cento) das pessoas que recorreram à DECO nestes anos apresentou como motivo principal do recurso ao crédito a existência de dificuldades financeiras. «Há um agravamento do contexto que estamos a atravessar. As famílias estão a sofrer os efeitos da crise global», disse à agência Lusa a investigadora responsável pelo estudo sobre o perfil dos sobreendividados em Portugal, Catarina Frade.

De acordo com a responsável do OEC, esta tendência agravou-se a partir de 2007. Este motivo para o recurso ao crédito «sugere um agravamento nas condições económico-financeiras das famílias nos últimos dois anos, dado que num estudo realizado em 2007 por Catarina Frade, considerando apenas os anos de 2005 e 2006, este era apenas a segunda razão para a contracção de crédito» - segundo uma nota divulgada pelo CES a propósito da investigação. «As pessoas estão a ter dificuldades, que podem ser



Mais de metade das pessoas que recorreram à DECO nestes anos apresentou como motivo principal do recurso ao crédito a existência de dificuldades financeiras

de gestão corrente, devido à perda do emprego ou ao aumento de despesas por qualquer motivo. É o orçamento que não estica», adiantou Catarina Frade.

O segundo motivo apontado para o recurso ao crédito está relacionado com a intenção de aceder a bens essenciais (45,4%), enquanto a necessidade de pagar outras dívidas (22,5%) surge em terceiro lugar.

A investigação levada a cabo pelo OEC mostra igualmente que «mais de metade das famílias referiu o crédito pessoal como a sua principal dívida de crédito». «Os créditos pessoais mais frequentes dizem respeito a produ-

tos de sociedades financeiras para aquisições a crédito, a que acrescem os cartões de loja com vertente de crédito (por exemplo, de hipermercados)», é referido na nota. Segundo Catarina Frade, «muitos destes créditos pessoais são do tipo "crédito por telefone" ou "crédito fácil"». A investigadora alerta que «o risco é por isso evidente e muito elevado: trata-se de créditos com taxas de juro muito elevadas (próximas de 30%), de grande acessibilidade, que parecem ser pedidos para obstar a dificuldades financeiras correntes e ao incumprimento de outras dívidas de crédito, mas que acabam por redundar num

agravamento do multiendividamento e da espiral de incumprimento».

Outro dado destacado pela investigadora é o aumento, desde 2007, do número de pedidos de apoio de famílias que não indicaram qualquer dívida de crédito. «Os dados apontam para um agravamento das condições financeiras das famílias, sobretudo das de nível de rendimento médio», sustenta.

A investigação sobre o perfil dos sobreendividados mostra que são maioritariamente indivíduos casados e com filhos, com um nível de instrução médio (3º CEB e Ensino Secundário), empregados por conta de outrem, cujo agregado dispõe entre 500 e 1.500 euros mensais e que estão multiendividados, acumulando crédito à habitação e automóvel com pelo menos um crédito pessoal e um cartão de crédito. São influenciados pela publicidade na escolha da entidade a que vão pedir crédito e pela acessibilidade que é o ter o crédito oferecido no ponto de venda do bem ou serviço.

A investigadora salientou a importância do aconselhamento antes da contracção de crédito e a existência de estruturas independentes que possam ajudar as pessoas endividadas quando comecem a sentir as primeiras dificuldades. O reforço do controlo da publicidade ao crédito e a aposta na educação financeira dos consumidores são outras medidas que preconizou. O estudo foi conduzido por Catarina Frade (investigadora responsável), Cláudia Lopes, Fernanda Jesus e Teresa Ferreira.